

ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 1998

(Publicada no Diário Oficial da União 18 de setembro de 1998, n.º 179-E, seção 1, páginas 01 e 02)

Presidente: Gesner José de Oliveira Filho
Procuradora-Geral: Marusa Vasconcelos Freire
Secretária: Sílvia Helena Santos Damasceno Fernandes

Data: 09.09.1998

Às 14h00min, constatada a existência de quorum, o Presidente declarou aberta a sessão. Participaram a Conselheira Lucia Helena Salgado e os Conselheiros Arthur Barrionuevo, Mércio Felsky, Ruy Santacruz e Marcelo Calliari. Presente a Procuradora-Geral Marusa Vasconcelos Freire.

Telecomunicações

01. A Portaria Conjunta CADE – ANATEL nº 01/98, visando formar Comissão para a elaboração de proposta de plano de cooperação institucional entre os dois órgãos foi assinada pelo Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Dr. Renato Guerreiro e pelo Presidente do CADE, Gesner Oliveira.

Discurso do Sr. Presidente da ANATEL: “É com muita honra que venho participar da Sessão Ordinária do CADE, visando a assinatura de Portaria que cria um Comitê de Defesa da Concorrência entre os dois órgãos. A ANATEL e o CADE, com este ato, celebram uma parceria muito mais intensa do que sugere a simples formalização de uma Portaria Conjunta. Possuímos a nossa competência, desempenhamos a nossa atividade, mas quando a nossa competência se esgota, o CADE atuará e nos ajudará. Devemos entender que toda a modelagem do Setor de Telecomunicações, que ora se implanta, visa colocar à disposição do consumidor uma variedade de serviços e fornecedores, em cumprimento aos seus direitos constitucionais. Passamos de um momento histórico anterior para o atual, que envolve a participação da iniciativa privada e a diversificação de serviços. A tarefa de transição é árdua, e para isso contamos com o CADE, que traz, com a sua solidez institucional, a experiência prática de fiscalização da concorrência. O Comitê de Defesa da Concorrência, expressão esta que copiamos do CADE, assim como outros procedimentos do CADE que também estamos copiando, adaptando às nossas necessidades, porque o que é bom deve ser copiado, deve ser aproveitado e utilizado, como eu dizia, este Comitê contará com oito membros, sendo quatro do CADE e quatro da ANATEL, e terá como Presidente o Sr. Valente, Conselheiro da ANATEL. Trata-se do 1º Comitê criado pela ANATEL. A ANATEL busca a conscientização de que existe e trabalha para o cidadão, para que os operadores prestem bem os seus serviços. Visamos atender ao cidadão, pois é para isso que existimos, e é para isso que o CADE existe. Vamos então juntar os pontos complementares, assinar a presente Portaria Conjunta e iniciar os trabalhos. Quem ganha com isso é a cidadania. Obrigado.”

Preliminares

Ata da 92ª Sessão Ordinária.
Aprovada por unanimidade.

Resoluções

02. O Presidente do CADE, Gesner Oliveira, submeteu à votação do Conselho o texto da proposta de resolução que institui o Código de Ética dos Servidores do CADE, trazido à mesa na 80ª Sessão Ordinária, de 03 de junho de 1998, para que se procedesse ao início da votação. A Resolução foi aprovada por unanimidade.

Julgamentos

03. Ato de Concentração nº 08000.019430/97-95 – AC 170/97
Requerentes: Indústrias Gessy Lever Ltda. e BG Brasil Indústrias Alimentícias Ltda.
Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, José Alberto Gonçalves Motta e outros
Relator: Conselheiro Mércio Felsky
A Conselheira Lucia Helena Salgado declarou-se impedida.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, aprovou o ato de concentração sem restrições.

04. Ato de Concentração nº 08012.008615/97-44

Requerentes: Osram GmbH e Philips Lighting Holding B.V.

Advogado: Tércio Sampaio Ferraz Júnior e outros

Relator: Conselheiro Mércio Felsky

Decisão: O Plenário, por unanimidade, aprovou o ato de concentração sem restrições.

Convênios

05. O Plenário, por unanimidade, aprovou os termos do 1º Aditivo ao Convênio firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - FADI-PUC/SP.

06. O Plenário, por unanimidade, aprovou os termos do Convênio a ser firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ/UNIVILLE, correspondendo este Convênio à 32ª Parceria do CADE.

07. O Plenário do CADE tomou conhecimento da Proposta de Convênio a ser firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Faculdade Milton Campos, apresentada por esta entidade.

08. O Plenário do CADE tomou conhecimento da Proposta de Convênio a ser firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e as Instituições de Ensino Argentinas “Universidad Abierta Interamericana” e “Universidad Notarial Argentina”, apresentada por estas entidades.

Homenagem

09. O Presidente do CADE, Gesner Oliveira, deu a palavra ao Presidente do IBRAC, Dr. Carlos Francisco de Magalhães, para que se iniciasse a cerimônia de homenagem ao ex-Presidente do CADE, Doutor Werter Faria. O Dr. Magalhães tomou a palavra, comunicando a sua enorme satisfação em participar desta homenagem, ressaltando a competência do Dr. Werter Faria na condução dos seus trabalhos profissionais e acadêmicos, destacando a sua importância como precursor na formação de uma cultura nacional da concorrência, seu incessante trabalho de divulgação, enquanto Presidente do CADE, de cartilhas contendo os princípios tutelados pela legislação antitruste e, por fim, revelou a importante contribuição do homenageado na criação do IBRAC.

10. Em sequência, o Presidente do CADE entrega ao Dr. Werter Faria homenagem escrita, assinada pelos membros do Plenário e pela Procuradora-Geral do CADE, passando a palavra ao homenageado.

Discurso do Dr. Werter Faria: “É com imensa honra que compareço ao CADE, e confesso que a minha presença aqui já se justifica por se tratar da Solenidade Comemorativa do 36º aniversário do CADE. Eu não sabia que seria homenageado. O CADE faz parte da minha vida. É com muita alegria que hoje volto a este Conselho, prestigiado e consolidado. Precisamos dar o máximo de nós mesmos, seja no meio profissional, seja no meio acadêmico, quando o assunto é defesa da concorrência. Tudo que fazemos pela defesa da concorrência é pouco, é sempre pouco, porque ainda há muito a se trilhar neste campo. Devemos colher as experiências estrangeiras, devemos produzir estudos, pois muito pouco se escreveu sobre o tema. Mas acredito que estamos no caminho certo, passo a passo, consolidando a maturidade institucional deste órgão e a cultura nacional de defesa da concorrência. Obrigado”

Despachos/Outros

11. O Plenário tomou conhecimento do Despacho CADE/MF nº 07/98, do Conselheiro Mércio Felsky, sobre o Ato de Concentração nº 165/97, no sentido de se produzirem os efeitos do § 7º do Artigo 54 da Lei 8.884/94.

12. O Plenário, por unanimidade, referendou os termos do Ofício CADE nº 1527/98, do Conselheiro Arthur Barrionuevo, referente a pedido de informações sobre o Ato de Concentração nº 08012.001243/98-24.

13. O Plenário, por unanimidade, referendou os termos do Ofício CADE nº 1528/98, do Conselheiro Arthur Barrionuevo, referente a pedido de informações sobre o Ato de Concentração nº 08012.007069/97-61.

14. O Plenário do CADE referendou os termos do Ofício/CADE/MC nº 10/98, do Conselheiro Marcelo

Calliari, referente a pedido de informações sobre o Ato de Concentração nº 86/96.

Às 15h55min, o Presidente do CADE, Gesner Oliveira, suspendeu a Sessão.

Abertura da Sessão Solene do 36º Aniversário do Cade

15. Às 16h24min, o Presidente do CADE, Gesner Oliveira, declarou aberta a Sessão Solene Comemorativa do 36º Aniversário do CADE, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Senador Renan Calheiros, da Exma. Senhora Ministra do Ministério da Administração e Reforma do Estado, Dra. Cláudia Costin, da Exma. Senhora Secretária da Reforma do Estado, Dra. Ângela Santana, dos ex-conselheiros do CADE, Dra. Neide Mallard, Renault de Freitas Castro e Antônio Carlos Fonseca.

16. O Presidente do CADE procedeu à entrega da 27ª Revista de Direito Econômico aos Sr. Ministros da Justiça, à Sra. Ministra da Administração e Reforma do Estado e à Sra. Secretária de Reforma do Estado e aos demais presentes.

17. Procedeu o Presidente do CADE à prestação de contas das 13 Providências Imediatas, assumidas pelo Presidente quando de sua posse e após, iniciou a leitura da Resolução que dispõe sobre o Código de Ética, aprovada pelo Plenário do CADE.

18. Fez uso da palavra a Exma. Senhora Ministra do Ministério da Administração e Reforma do Estado, Dra. Cláudia Costin.

Discurso da Ministra Cláudia Costin: “Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, meu amigo Gesner Oliveira, Secretário Executivo Paulo Affonso, Senhoras e Senhores, é com muita satisfação que venho cumprimentar este Conselho pelo 36º aniversário desta instituição que, na sua maturidade, conseguiu tornar-se ativa. A Reforma do Estado, em curso, em muito contribui para que o CADE possa alcançar os seus objetivos. Lembro-me da literatura de Monteiro Lobato, em que, em um de seus contos, um rinoceronte fugia do cativeiro, e então o Estado criava um órgão de caça ao Rinoceronte, que tinha por função nunca encontrar o rinoceronte, pois se isto ocorresse, o órgão seria extinto. Trata-se do Estado focado em si mesmo, o Estado auto-referenciado. Nesta fase, o Estado buscava empregar pessoas, como uma espécie de colchão social, visando evitar comoções no seio da sociedade. Hoje, ao contrário, o Estado busca tornar eficiente a sua contraprestação endereçada ao cidadão, e decorrente dos tributos pagos. O Estado que encarava o servidor público apenas como um empregado seu, o Estado-Tutela, como assim se chama, deu lugar ao profissional. O desempenho passou a ser critério, e o servidor público se profissionaliza. Daí a importância dos treinamentos - 350.000 dos 512.000 funcionários públicos federais foram treinados. O Estado agora está enfocado na gestão social, na gestão da coisa pública. Foram instituídas as Escolas de Governo. O CADE soube aproveitar muito bem este momento de transição, e, com a excelente gestão que apresenta, conseguiu atrair para si quadros de carreira. O CADE estruturou sua Procuradoria, ganhou Gestores, gerando motivação em seus servidores. O Servidor Público precisa de reconhecimento. A atual gestão, entre outros aspectos positivos que apresenta, trabalha com a questão focal de defesa da concorrência, preços admissíveis e busca de padrão de qualidade para os produtos e serviços oferecidos no mercado. Por outro lado, o CADE deve dar mais atenção na punição da prática de carterização na venda de serviços e produtos para o Estado. Cumprimento a iniciativa do CADE e da ANATEL de trabalho conjunto, através de Portaria assinada pelos dois órgãos. Esta parceria deve ser buscada com as demais agências reguladoras. Sobre o Código de Ética, o CADE foi pioneiro na esfera da Administração Pública Federal. Sobre a questão da “quarentena”, reconheço que o ex-servidor não poderá desempenhar, na iniciativa privada, função correlata à que desempenhava no Poder Público, valendo-se de informações privilegiadas, mas, por outro lado, este mesmo ex-servidor poderá sentir dificuldades em se realocar na iniciativa privada, em atividade diversa da que desenvolvia no Setor Público. Neste sentido, tem-se estudado uma proposta de remuneração a este ex-servidor, durante um certo período, após o seu desligamento da função pública. Por fim, quero parabenizar o CADE pela transparência com que vem desempenhando os seus trabalhos. A agenda pública e o próprio Código de Ética são bons exemplos desta transparência. Obrigada.”

19. Em sequência, fez uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Senador Renan Calheiros.

Discurso do Ministro Renan Calheiros: “É com muita satisfação que participo da Sessão Solene do CADE, comemorativa dos seus 36 anos”. A valorização e divulgação da cultura da concorrência, os valores concorrenciais e a ênfase na repressão de práticas anticompetitivas demonstram o empenho deste Conselho na busca de concretização de suas finalidades. As grandes mudanças estruturais de ordem política, econômica e social, vividas pela sociedade brasileira desde o início desta década, colocaram e colocam o país frente a inúmeros desafios. Mas talvez nenhum deles seja, no momento atual, mais ansiosamente esperado por nossa sociedade do que o desafio de transformar as suas

instituições estatais em exemplos concretos de modernidade e democracia. Trata-se, reconhecidamente, de processo longo e difícil de ser cunhado através de imposições normativas instantâneas, pois envolve, antes de tudo, uma mudança cultural que apenas se dá por um esforço amplo e contínuo não só da Administração mas também do cidadão brasileiro no sentido de resgatar e revalorizar a imagem da prestação do serviço Público. Não há dúvidas de que o CADE dos nossos dias catalisa, no seu campo da prestação jurisdicional administrativa da defesa da concorrência, a ação renovadora institucional tão aguardada por nossa sociedade. Através da difusão da cultura da concorrência, com a promoção e participação de seus membros em inúmeros seminários e encontros sobre o direito da Concorrência, esta Autarquia demonstra, indiscutivelmente, a todos os ramos da sociedade civil brasileira, o seu papel de órgão engajado no desafio de mudança democrática e modernizadora. Meus mais sinceros e profundos cumprimentos ao Plenário do CADE e a todos os funcionários desta Autarquia pelo grande trabalho e esforço empreendidos.

20. Procedeu-se, perante o Plenário do CADE, à assinatura da DECLARAÇÃO CONJUNTA pelos Ministros da Justiça e da Administração Federal e Reforma do Estado, cujo teor ora se transcreve: “Os Ministros de Estado da Justiça, Senador Renan Calheiros, e da Administração Federal e Reforma do Estado Interina, Doutora Cláudia Costin, conferem seu apoio ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na certeza de que os encarregados deste órgão vão seguir as diretrizes preconizadas em seu Código de Ética recém aprovado e no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, apresentado à nação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em novembro de 1995.”

A Sessão encerrou-se às 17h41min.

Brasília, 09 de setembro de 1998.

Sílvia H. S. D. Fernandes
Secretária

Gesner Oliveira
Presidente do Conselho